



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



## CRIMINOLOGIA FEMINISTA E EXTENSÃO NA PRISÃO: ATIVIDADES DO MÊS DA MULHER NA CADEIA FEMININA DE FRANCA

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Nome dos autores: Victor Siqueira Serra<sup>1</sup>; Ana Gabriela Mendes Braga<sup>2</sup>; Adriane de Souza Oliveira<sup>3</sup>; Isabela Gonçalves Alcântara<sup>4</sup>; Mariana Adães Nascif<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca (Unesp); Bacharel e Mestrando em Direito; Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo (USP); Doutora em Direito Penal e Criminologia; Professora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca (Unesp).

<sup>3</sup> Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (Unesp); Graduanda em Direito.

<sup>4</sup> Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (Unesp); Graduanda em Direito.

<sup>5</sup> Uni-FACEF; Graduanda em Psicologia.

**Resumo:** A partir de um marco teórico na criminologia crítica feminista e na educação popular freireana, o presente artigo busca analisar os desafios da extensão na prisão. Por meio de três relatórios de atividades desenvolvidas pelo Grupo Cárcere, Expressão e Liberdade à prisão feminina de Franca, que trabalhou ao longo do “mês da mulher” questões de gênero (“Concurso de beleza”, “Memórias do feminino” e “Repercussões do machismo na cadeia”), busca-se compreender o “ser mulher” para essas mulheres presas o

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



papel de um grupo extensionista em meio a essas relações de poder que permeiam o sistema carcerário.

Palavras-chave: extensão; prisão; criminologia feminista.

### 1. Introdução

O presente trabalho busca discutir o desenvolvimento e os impactos das atividades do Grupo Cárcere, Expressão e Liberdade na cadeia pública feminina da cidade de Franca, no interior do estado de São Paulo. Os relatórios aqui analisados referem-se às oficinas realizadas no final de 2015 e durante o mês de março de 2016 – que, em comemoração ao dia internacional da mulher, giraram em torno da temática de gênero.

O trabalho de Extensão, por si só, levanta inúmeros desafios. Segundo Paulo Freire (FREIRE, 1983), levar um conhecimento pré-estabelecido para uma população, tornando-a um objeto que apenas recebe informações, não caracteriza uma educação autêntica. O processo pedagógico deve ser horizontal, colocando todas as pessoas envolvidas ao mesmo tempo como educadores(as) e educandos(as), numa troca produtiva que transcende a mera reprodução. Para o autor, o processo de aprendizagem deve fazer com que os sujeitos aprendam e possam, dessa forma, aplicar o conhecimento construído coletivamente – e, portanto, reinventado – em situações existenciais concretas.

Por outro lado, a Extensão na prisão tem especificidades ainda mais desafiadoras. Considerando a realidade do sistema prisional brasileiro – seletivo, superlotado e violento, conforme indicam as estatísticas oficiais (INFOPEN, 2015) –, o trabalho extensionista deve preocupar-se não só com sua pedagogia, mas também com suas consequências para o próprio sistema. O objetivo do nosso trabalho de extensão é “intervir sobre as múltiplas formas de violência e privações que constituem o encarceramento, contribuindo para tornar menos danosas e dolorosas as condições presentes da prisão e da saída da prisão” (ANDRADE, 2008, p. 304). Entretanto, a administração da prisão decide quem pode ou não desenvolver trabalhos – e quais tipos de trabalho. Institucionalmente, cabe ao poder público conceder ou não permissões, o que resulta numa seleção política dos grupos que poderão ter contato com as pessoas em privação de liberdade. Há também outras regras

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



que permeiam o cárcere e exercem um controle sobre o que é discutido e realizado. O poder e a negociação do que acontece nas prisões paulistas, em geral, são locais e compartilhadas com os presos e seus coletivos (BRAGA, 2014, p. 59). Dessa forma, todo grupo que adentra os muros da prisão enfrenta um duplo controle e, conscientemente ou não, posiciona-se politicamente.

Na maioria dos casos, aderir ao objetivo institucional e manter cumplicidade com os mecanismos de poder que ali atuam são condições básicas para a atividade do voluntário em ambiente prisional. Um grupo que queira se manter crítico e que objetive afrontar o dispositivo carcerário enfrentará dificuldades políticas e econômicas para sua manutenção. Sempre se preferirá conceder autorização de entrada e subvenções a ações que assumam a perspectiva institucional e que não perturbem a ordem posta. (BRAGA, 2014, p. 59).

Tal contextualização se faz necessária porque, embora o grupo Cárcere, Expressão e Liberdade busque manter-se sempre crítico ao sistema de justiça criminal, também reconhece as limitações que o próprio campo impõe ao desenvolvimento de seus trabalhos de extensão. É a partir do reconhecimento dos limites político-institucionais que o grupo constrói sua intervenção. Afinal, a extensão na prisão serve como uma forma de relativizar o processo de “prisionização”<sup>6</sup> que constitui a vida no cárcere e, ainda que inconscientemente, grupos de fora travam uma disputa com o sistema carcerário, produzindo espaços de fala na relação entre interno e externos e dando visibilidade ao que normalmente se oculta em seu interior (BRAGA, 2014, p. 57).

Reconhecendo nossas limitações e explicitando nosso viés político-pedagógico, passamos a analisar algumas atividades realizadas pelo grupo no final de 2015 e, em comemoração ao dia internacional da mulher, durante o mês de março de 2016, com presas da cidade de Franca, no interior de São Paulo.

<sup>6</sup> O processo de prisionização pode ser compreendido como os efeitos da prisão sobre a identidade da pessoa presa- ou mesmo do trabalhador prisional. A perda de antigas referências e assunção de novas corresponde às duas faces do processo, denominadas por Baratta (2002) “desculturação” e da “aculturação”, respectivamente.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



## 2. Material e Metodologia

O material analisado consiste nos relatórios elaborados pelas(os) extensionistas a partir das dinâmicas realizadas dentro da cadeia<sup>7</sup>. Como propulsor de uma discussão mais abrangente sobre gênero, o dia internacional das mulheres, comemorado no oito de março, foi utilizado para pensarmos um bloco de atividades para aquele mês. O grupo divide seu trabalho atualmente em quatro etapas: uma reunião administrativa no início de cada mês, seguida de três visitas semanais à cadeia. Cada atividade (e seu respectivo relatório) constituem partes do planejamento mensal, muitas vezes pensado em conjunto com outros meses. Para as reflexões ora apresentadas, o presente trabalho utilizará da metodologia indutiva a partir da técnica do estudo de caso. Propomos analisar a perspectiva de gênero a partir de três atividades, escolhidas por trabalharem de forma direta e específica essa temática: a primeira intitulou-se “Concurso de beleza”; a segunda, “Memórias do mundo feminino”; e a terceira “A repercussão do machismo na cadeia”. Apesar do recorte específico que visa atender a proposta deste artigo, tais atividades não devem ser descontextualizadas do projeto global do grupo e das outras problemáticas que envolvem a questão prisional, tal como raça e desigualdade social.

A análise tem como substrato teórico (e político) a criminologia feminista. Consideramos que cabe ao saber criminológico “refletir acerca da aplicação do direito penal e do funcionamento do sistema de justiça, aferindo o alcance das leis penais e o impacto delas sobre autores de crimes, vítimas e sociedade” (BRAGA, 2014, p. 51). Dessa forma, pensamos ser a criminologia responsável pelo aprofundamento das discussões sobre as escolhas políticas referentes à gestão da criminalidade e sua resposta estatal. A criminologia feminista, por sua vez, articula essas análises sobre o sistema de justiça criminal com um recorte de gênero, formando um

jogo conceitual entre regime político, moral e governança – gênero assim entendido faz com que toda pesquisa seja feminista. Uma pesquisa feminista parte do acaso da matéria, reconhece a sexagem como um gesto inaugural do regime político do gênero,

<sup>7</sup> Todos os relatórios discutidos no presente trabalho estão disponíveis no blog do grupo, idealizado – do layout e do conteúdo até a trilha sonora – pelas próprias presas. Ver: <https://desejodeumaliberdade.wordpress.com/>



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



investiga a moral patriarcal na vida e sobrevida das mulheres, desconfia das instituições que movem a governança das mulheres no asilo, na esquina, no convento ou na prisão. E não se esquece que é da potência da existência, do testemunho que nos realiza e que desafia a matriz de inteligibilidade do gênero, que se anima a ética feminista. (DINIZ, 2014, p. 19).

É a partir dessa criminologia feminista, preocupada com o sistema de justiça criminal e a gestão da criminalidade, mas principalmente com os entrelaçamentos desses controles sobre as mulheres, que a presente análise se faz possível. E é na condição de extensionistas, portanto ao mesmo tempo educandos e educadores, que construímos *com* as presas as reflexões que deram origem a este trabalho.

### 3. Resultados e Discussões

#### 3.1 O concurso de miss

A mulher presa sofre um incremento da punição, na medida em que passa a ser julgada não só pela justiça em razão de seu crime, mas pela moral social em razão do descumprimento dos papéis designados ao gênero feminino, geralmente ligados ao ambiente doméstico e à função da maternidade.

Durante as visitas, embora algumas mulheres tenham se mostrado inteiramente receptivas, algumas manifestavam seu constrangimento fechando as cortinas de suas “jegas”<sup>8</sup> (um dos poucos mecanismos de preservação da privacidade na cadeia) para que não pudessem ser vistas. Assim, a cadeia feminina, como instrumento punitivo do Estado, guarda práticas desumanizadoras e violentas (especialmente para as mulheres) em um ambiente degradante e de abandono.

Muitas procuram formas de enfrentar essa realidade evitando a resignação, a submissão ao sistema que as tornam inertes diante da falta de atividades educativas, laborais e culturais. Frente à inércia estatal, elas mesmas criam suas oportunidades: algumas mulheres realizam trabalhos como manicure, produzem tapetes, bordados e

<sup>8</sup> Jega é a cama na cadeia. Chamar um triliche de cimento frio de cama seria figura de linguagem, por isso preferimos a gíria.



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



pulseiras, leem e praticam atividades esportivas como o vôlei. Trata-se de atividades de extrema importância ao desenvolvimento da capacidade humana e que deveriam ser desenvolvidas e ampliadas no sistema carcerário, pois seria um caminho para alcançar a remição, conseguir algum dinheiro para sua subsistência e muitas vezes da família, e ainda ocupar o tempo ocioso – reduzindo, de certa forma, os impactos da prisionização.

Uma das dinâmicas recentes mais marcantes do grupo Cárcere, Expressão e Liberdade foi a realização de oficinas que promoveram uma discussão acerca do empoderamento feminino, bem como da existência de padrões sociais de beleza. A iniciativa do grupo em suscitar a abordagem do tema atendeu ao objetivo de captar a percepção do grupo (tanto das presas quanto das extensionistas) acerca de seu corpo. Cabe ressaltar que tratar de sexualidade e do corpo na cadeia feminina é, por si só, um tabu, dada a moralidade que atravessa as regras e as interdições ditadas pelo coletivo que domina as cadeias paulistas. Trata-se de tema bastante delicado, principalmente a partir de uma perspectiva que considere o cárcere, haja vista que a mulher, diante de inúmeras convenções sociais, tem sido alvo de intervenções atingindo não somente sua integridade física como também psíquica – obrigando-se a adequar a certos padrões estabelecidos para o “corpo perfeito”, difundidos amplamente nas últimas décadas e pelas diversas formas de controle do comportamento feminino.

A dinâmica girou em torno de discussões acerca da aceitação do cabelo, do próprio corpo, bem como de questões de gênero. Trata-se de padrões muito presentes na vida de todas as mulheres, mas especialmente às que fogem do padrão branca-loira-rica-magra, que são constantemente submetidas a sentimentos de insegurança, rejeição e inferioridade – o que se agrava no ambiente precarizado da prisão. Entretanto, conforme a discussão prosseguia, várias mulheres relataram estar satisfeitas com seu corpo, algumas inclusive, se sentiram à vontade para descrever o que mais gostava em si. Ficou nítida a bagagem de valores que essas mulheres trazem consigo, e seu posicionamento firme em relação às exigências sociais, sinais de empoderamento feminino – mesmo que de modo não consciente.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



Por iniciativa das próprias presas, surgiu a ideia da realização de um Concurso de Miss, de certa forma como um meio de reafirmar seu contentamento com o próprio corpo, mesmo diante de um ambiente marcado por hostilidades. Não obstante o Grupo Cárcere, Expressão e Liberdade tenha a proposta horizontal de incentivar a propositura de atividades por parte das presas, houve certo receio de que o Concurso de Miss se mostrasse como uma forma de imposição de padrões, vez que sua lógica consiste em premiar a pessoa mais bonita – ou seja, a dinâmica poderia instigar competição entre as mulheres presas e a beleza premiada poderia seguir os padrões sociais, oprimindo dessa forma as que não se enquadram. Entretanto, foi consensual a iniciativa em reformular o concurso, de modo a valorizar a qualidade de cada uma, de forma que todas saíam vencedoras.

No dia da realização do tão esperado Concurso, as mulheres esperavam ansiosamente pelo grupo. Muitas se sentiram estimuladas para usarem suas melhores roupas, se maquiarem e perfumarem, quebrando assim o desânimo e o cinza típicos do dia-a-dia prisional. Iniciou-se o concurso com a confecção das faixas – o grupo decidiria qual seria a faixa de cada uma conforme as qualidades preponderantes, fazendo surgir algumas como “miss fofura”, “miss olhos de águia”, “miss gordinha saliente”, “miss atrevida”, dentre outras características.

A atividade funcionou como uma experiência de desconstrução dos tabus próprios à condição feminina, na medida em que muitas se mostraram inteiramente entusiasmadas em desfilarem com suas faixas, que continham o que todo o grupo (extensionistas, elas próprias e as outras presas) considerava sua qualidade, e ensinar umas às outras técnicas de desfile.

O Concurso de Miss superou as expectativas do Grupo Cárcere, Expressão e Liberdade, uma vez que foi a oportunidade de presenciar e vivenciar mulheres empoderadas, capazes de romper com as imposições sociais estéticas ao valorizarem suas próprias qualidades e compartilharem a forma como lidam consigo mesmas dentro do sistema carcerário – que potencializa constantemente suas inseguranças e medos.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

## 3.2 Memórias do mundo feminino

Dado o fluxo constante de entrada e saída de mulheres, e a flutuação da população da cadeia, o Grupo CEL por vezes tem que se reapresentar para as mulheres presas. Percebeu-se neste dia uma mudança significativa no aumento do número de mulheres presentes e também nas transferências que ocorreram entre a última visita realizada pelo grupo em 2015 e essa primeira visita do ano de 2016.

Com o intuito de refletir sobre o que “ser mulher” representa para cada uma das pessoas participantes, o grupo organizou uma atividade que pudesse dar voz a quem participasse – para tanto, a dinâmica foi organizada da seguinte maneira: levou-se uma caixa com uma divisória dentro, em um lado estava escrito “ruim” e no outro “bom”, além de papéis e canetas.

Todas teriam a oportunidade de escrever sobre suas experiências enquanto mulher – sejam elas boas ou ruins. Uma das mulheres questionou o que seria considerado bom ou ruim enquanto experiência. Foi dito que esta era uma questão pessoal, logo, o que lhe parecesse bom ou ruim seria definido por ninguém mais do que ela mesma.

Com a “dúvida” apresentada, já foi possível observar o quanto apropriar-se de suas experiências enquanto “ser mulher” e valorá-las por si mesma pode ser emblemático. Pontuou-se que a ideia para a dinâmica surgiu do recém comemorado “Dia da Mulher”, logo, por quê não questionar sobre o que é ser mulher, quais as experiências vividas enquanto mulher, qual a qualidade que se atribui a elas?

Ao começar a distribuição dos papéis, percebeu-se uma empolgação de todas<sup>9</sup> para contar sobre suas experiências. Explica-se, contudo, que a empolgação não se deve ao fato de ter em mãos papel e caneta, mas no apoderar-se de si, dar a própria voz para aquilo que viveu. Além de tudo, qualificar à própria maneira o que viveu e como se sentiu.

Após a escrita, cada uma levou seu papel até a caixa e depositou sua experiência em um dos lados, bom ou ruim, de acordo com seu entendimento. Algumas mulheres escreveram mais de uma experiência.

<sup>9</sup> Reitera-se que o grupo Cárcere, Expressão e Liberdade entende ser constituído pelas extensionistas e pelas presas, de forma que tal distinção ao longo das descrições só é feita com o intuito de identificar falas das mulheres encarceradas e não como uma separação entre coletividades.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:







# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



Feito o depósito das experiências nas caixas, o grupo concordou em cada uma pegar uma experiência e ler, aleatoriamente, para todos e iniciar uma reflexão a partir do que estava escrito e de como a experiência foi qualificada.

Observou-se nesta dinâmica que as experiências ditas ruins preponderaram numericamente sobre as caracterizadas enquanto boas. Contudo, quais eram as qualificadas boas e quais eram as ruins? A maioria, quase absoluta, das experiências ditas boas foi relacionada à maternidade; apenas uma estava ligada ao fato de receber agrados, como flores, do parceiro amoroso.

Vendo que a maternidade era quase que inquestionavelmente elaborada como o melhor da experiência de “ser mulher”, os(as) extencionistas provocaram o debate. Perguntou-se por que se acredita que a maternidade foi tão apontada como a experiência boa do ser mulher, considerando-se que para algumas mulheres esta experiência pode não ser tão prazerosa. A grande maioria salientou que por ser algo “exclusivo” da mulher, era então tão apontada.

Desenvolveu-se então outra questão: mulher e sexo são necessariamente a mesma coisa? E as mulheres trans<sup>10</sup>, por exemplo? Algumas foram muito incisivas e alegaram que não as consideram mulheres, outras ficaram na reflexão e não opinaram, contudo, foi perceptível que algo estava sendo elaborado a partir desta “provocação” iniciada.

As experiências ditas ruins, por sua vez, estavam relacionadas ao medo de locomover-se sozinha durante períodos noturnos, as palavras de baixo calão utilizadas para ofender a mulher, o medo constante de abusos sexuais e demais formas de violência, a preocupação excessiva com os filhos e o sentimento de inferioridade que muitas vezes pautam as experiências.

Foi inevitável não comparar a realidade do cárcere feminino com a do cárcere masculino. Tal discussão começou quando se falou sobre a preocupação com os filhos ser relatado enquanto experiência ruim. As mulheres alegaram que era muito ruim mentir para os filhos sobre sua situação atual e preocupar-se com eles “lá fora” enquanto se sentiam

<sup>10</sup> Para efeito deste trabalho, define-se como mulher trans (travesti, transgênera ou transexual) aquelas que se identificam e vivem socialmente como mulheres ou sujeitos femininos, apesar da designação como homens no nascimento.



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



impotentes dentro da prisão, por “não ter muito que fazer” para protegê-los. A maioria relatou que mente dizendo que está trabalhando e logo voltará.

Perguntadas se acreditavam que os homens no cárcere também sofriam com esta preocupação voltada para os filhos, a grande maioria disse que não, mas que a experiência deles no cárcere era muito pior do que a delas, pois eles são o gênero “mais forte”. Novamente, observa-se a reprodução do discurso de inferioridade da mulher, agravada em uma situação tão delicada e negligenciada apontada por elas próprias. Uma das mulheres logo tomou a fala e complementou que não, os homens não sofrem mais do que as mulheres no cárcere e que não são mais fortes – para se justificar, deu como exemplo vivências pessoais de desafios e superações.

A partir dessa provocação de uma das presas, os(as) extensionistas pontuaram questões apresentadas em livros e artigos acadêmicos sobre a realidade que elas vivem no Brasil. Comentou-se o fato de mulheres serem mais abandonadas por suas famílias, não receberem devido atendimento quando em situações de gravidez ou outra vulnerabilidade e o estigma duplamente sofrido por ser mulher e encarcerada (BRAGA, 2016).

Desta atividade, foi possível desenvolver reflexões ricas acerca do ser mulher e da importância de apoderar-se de suas experiências e discurso sobre tais. O encontro foi concluído de maneira descontraída, articulando as discussões políticas com assuntos do cotidiano, alguns membros participando de um jogo de vôlei que estava acontecendo e divulgação das próximas visitas.

### 3.3 A repercussão do machismo e do feminismo na cadeia

Na segunda visita de março de 2016, o grupo suscitou discussão sobre o impacto de ideias machistas e feministas na sociedade, no “mundão” e na prisão, entendendo o sistema carcerário como parte integrante da sociedade, em relação de continuidade e não de ruptura (BRAGA, 2014). O machismo foi abordado nessa visita como a ideologia – e, conseqüentemente, os comportamentos sociais e individuais – que coloca os homens como superiores às mulheres. Nessa perspectiva, o machismo faz com que elas devam se submeter a eles – tanto no núcleo familiar quanto nas ruas. Já como feminismo, tratamos o movimento social – teórico e político – que luta por uma igualdade entre os gêneros e a

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



desconstrução do discurso machista há muito enraizado em nossa sociedade. A dinâmica realizada se deu por expressões consideradas pelo grupo como machistas (e que permeiam os discursos hegemônicos do cotidiano), escritas em papéis que, em seguida, foram distribuídos aleatoriamente entre as pessoas participantes.

A partir desse método pudemos abordar questões opostas de forma simultânea, utilizando expressões como: “mulheres que saem à noite na rua não precisam ser respeitadas”; “as mulheres são tão capazes quanto os homens”; “apenas a mãe é responsável pelo filho”; “a casa é deve ser cuidada apenas pela mulher”; “cantadas são elogios”; “só os homens entendem sobre política”; “feminismo é uma forma de luta”; “feminismo é o oposto do machismo”; “feminismo é necessário”; “o aborto é uma escolha apenas da mulher”. Quem era escolhido para ler a frase iniciava o debate com sua opinião sobre o assunto. Quando se tratava de afirmações machistas mais naturalizadas, como as tarefas sociais destinadas exclusivamente às mulheres, a maioria das presas demonstrou aceitar tais papéis sociais de gênero, sendo que apenas duas mulheres participantes discordavam e se posicionavam o tempo todo de forma a defender a igualdade. Por outro lado, quando a questão abordada consolidava uma suposta superioridade masculina, todas discordavam e discutiam a necessidade de desconstruir esse tipo de discurso que limita a vida das mulheres.

Dentre os momentos inevitáveis de tensão durante o debate, três tópicos destacaram-se: o assédio, o aborto e o papel da mulher na sociedade. A divergência se deu entre as próprias presas, com a consolidação de um grupo de acordo com o que já existe em nossa sociedade e de outro a favor de mudanças que diminuam as restrições e imposições feitas às mulheres. Sendo assim, muitas das encarceradas consideram o assédio abusivo e invasivo, enquanto as outras afirmaram se sentir lisonjeadas. O aborto foi um tema extremamente polêmico, principalmente pelas experiências de aborto e estupro relatadas; assim, algumas das mulheres defenderam o direito à vida (do feto), enquanto as outras, o direito à liberdade. Quanto ao papel da mulher na sociedade, todas reconheceram a injustiça da desigualdade salarial, as dificuldades enfrentadas pela mulher em ter que cuidar das tarefas de casa e trabalhar fora, e o assédio no trabalho. Destacou-se durante todo o debate uma presa que, ao defender o movimento feminista, apontou a necessidade

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



de sua repercussão no cárcere feminino, além de explicar seu surgimento e funcionamento para outras participantes, negando a perspectiva que considera o feminismo um machismo invertido, ainda sexista, que defenderia por sua vez a superioridade das mulheres.

Nesse sentido, foram abordadas questões sexistas, com matérias e tarefas destinadas a um gênero exclusivamente; o papel da mulher na sociedade, como mãe, trabalhadora e dona de casa; as diferenças salariais; o problema do assédio masculino; a liberdade e a independência da mulher; a diferença entre os direitos das mulheres e dos homens, as dificuldades para se alcançar a igualdade entre eles; a diferença entre os perfis femininos na sociedade, como o ideal de “mulher para casar” e as “outras”; se as aparências podem realmente repercutir no caráter; a questão do aborto; a conceituação de feminismo e sua importância na vida de cada uma; dentre tantos outros assuntos de mesmo teor. Durante a discussão, ocorreram ainda alguns relatos pessoais sobre violência sexual, prostituição e aborto, o que permitiu que as participantes pudessem se expressar sobre assuntos delicados e, muitas vezes, ocultados por vergonha ou trauma. Dessa forma, o grupo construiu um debate importantíssimo, permitindo com que, mesmo diante de tantas opressões, as mulheres encarceradas tivessem espaço para relatar suas visões e experiências pessoais.

#### 4. Considerações Finais

A partir da criminologia feminista, é possível analisar as intersecções entre sistema penal, controle social e o lugar social construído para as mulheres. Em leis positivadas, o gênero é manifesto em crimes como aborto, infanticídio e abandono de incapaz, nos quais a mulher, geralmente, figura como autora, e em crimes de violência doméstica e sexual nos quais a mulher ocupa o lugar de vítima. No entanto, o que a criminologia feminista aponta é que os controles sociais mais potentes utilizados sobre as mulheres são informais.

No caso das mulheres, o sistema de controle por excelência tem sido o controle informal. Através de instâncias informais, como a família, a escola, a igreja, a vizinhança, todas as esferas da vida das mulheres são constantemente observadas e limitadas, dando pouca margem ao controle formal limite do sistema punitivo (materializado no cárcere). Essa situação gera uma menor visibilidade da mulher nos índices de criminalidade.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



(ESPINOZA, 2002).

Por isso, fazer extensão na prisão feminina exige profundidade teórica e sensibilidade política de forma a resistir às formas singulares de opressão construídas pelo sistema de justiça em especial, e pela sociedade de forma geral. O trabalho desenvolvido na prisão deve ser comprometido com o fazer e pensar político. Entretanto, para que o grupo garanta sua atuação, é necessário adaptar-se a algumas exigências (institucionais ou não) do sistema carcerário. Entendemos que as atividades desenvolvidas a partir de uma perspectiva de gênero foram significativas e relevantes para o empoderamento das mulheres presas e também das(os) extensionistas envolvidas(os), produzindo reflexões sobre seu lugar na sociedade – no mercado de trabalho, na economia do tráfico, nas relações afetivas e serviços domésticos, na prisão e na universidade.

A tarefa última da Extensão é proporcionar, a partir de uma relação horizontal e dinâmica, a capacidade crítica de autodeterminação, abrindo assim possibilidades para a transformação social (FREIRE, 1983). Não cabe aos grupos que desenvolvem trabalhos na prisão determinar os rumos políticos que seus trabalhos terão na vida das pessoas presas. A extensão na prisão feminina, a partir de uma criminologia feminista, deve proporcionar novos horizontes para a existência das mulheres presas. E, por todo o exposto, consideramos positivos os resultados de nossas atividades do mês da mulher na cadeia feminina de Franca: todas as pessoas do grupo – presas e extensionistas – tiveram contato com diferentes experiências e perspectivas sobre as desigualdades de gênero na sociedade, além de uma chance de transformá-las.

### 5. Referências

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **O Projeto Universidade sem Muros: puxando a prisão.** *Revista Discenso*. Florianópolis, Boiteux, v. 1, n. 1, p.p. 303-312, Nov. 2008.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal.* Introdução à Sociologia do Direito Penal. Rio de Janeiro, Revan, 2002.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



BRAGA, Ana Gabriela Mendes. **Criminologia e prisão: caminhos e desafios da pesquisa empírica no campo prisional**. Revista de Estudos Empíricos em Direito, v. 1, p. 46-62, 2014. **Preso pelo estado e vigiado pelo crime: as leis do cárcere e a construção da identidade na prisão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CORRÊA, Mariza. **“Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”**. In: Cadernos Pagu. n° 16, 2001, p. 13-30.

DINIZ, Debora. **Perspectivas e articulações de uma pesquisa feminista**. In: Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas. Cristina Stevens, Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanello (org.). p. 11-21. Florianópolis: Mulheres, 2014.

ESPINOZA, Olga. **A Prisão feminina desde um olhar da criminologia feminista**. *Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias*, 1 (1), jan-dez/2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

PISCITELLI, Adriana. **“Gênero: a história de um conceito”**. In: BUARQUE DE ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. (org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. pp. 116-148.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:

